

SUMÁRIO

Parte I – Processo de Conhecimento e de Cumprimento de Sentença	1
Capítulo 1 – Introdução	3
Capítulo 2 – Procedimentos Comum e Especial. Noções Gerais	5
2.1. Procedimento Comum. Generalidades	5
2.2. Procedimento Comum. Etapas	6
2.3. Dos Procedimentos Especiais.....	7
2.4. Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária.....	8
2.5. Procedimentos Extrajudiciais	9
2.6. Procedimento Recursal no Grau Superior	10
2.7. Convenção das Partes sobre o Procedimento	11
2.8. Procedimento Eletrônico	11
2.8.1. Noções Gerais	11
2.8.2. Procedimento Totalmente Digital	14
2.8.3. Núcleos de Justiça 4.0. Criação de órgãos judiciais virtuais especializados	15
Capítulo 3 – Procedimento Comum. Fase Postulatória	17
3.1. Petição Inicial. Requisitos	17
3.2. O Pedido	17
3.2.1. Tipos de Pedido.....	18
3.2.2. Cumulação de Pedidos.....	19
3.2.3. Requisitos da Cumulação.....	20
3.2.4. Modificações do Pedido.....	20
3.3. Da Causa de Pedir.....	21
3.3.1. Cumulação de Causas de Pedir	22
3.3.2. Modificação da Causa de Pedir.....	23

3.4.	Valor da Causa.....	23
3.4.1.	Importância do Valor da Causa.....	24
3.5.	Provas.....	25
3.6.	Audiência de Conciliação.....	25
3.7.	Procuração.....	25
Capítulo 4 – Da Distribuição da Petição Inicial.....		27
Capítulo 5 – Decisões do Juiz sobre a Petição Inicial.....		29
5.1.	Noções Gerais.....	29
5.2.	Emenda da Petição Inicial.....	29
5.3.	Indeferimento da Petição Inicial.....	30
5.4.	Improcedência Liminar do Pedido.....	31
5.5.	Decisão Liminar Positiva.....	31
Capítulo 6 – Citação do Réu.....		33
6.1.	Conceito.....	33
6.2.	Nulidade da Citação.....	33
6.3.	Efeitos da Citação.....	34
6.4.	Destinatários, Lugar e Impedimentos à Citação.....	35
6.5.	Modos de Realização da Citação.....	35
Capítulo 7 – Intimações.....		39
Capítulo 8 – Audiência de Conciliação ou de Mediação.....		41
Capítulo 9 – Contestação.....		43
9.1.	Generalidades.....	43
9.2.	Prazos para Apresentação da Contestação.....	44
9.3.	Temas para a Defesa.....	45
Capítulo 10 – Reconvenção.....		47
Capítulo 11 – Da Revelia e do Reconhecimento do Pedido.....		49
Capítulo 12 – Providências Preliminares.....		51
12.1.	Alegações do Réu.....	51
12.2.	Possíveis Medidas do Juiz.....	52
Capítulo 13 – Decisão de Saneamento.....		55
Capítulo 14 – Da Atividade Probatória em Geral.....		57
14.1.	Noções Introdutórias.....	57
14.2.	Disposições Gerais.....	58
14.3.	Da Produção Antecipada da Prova.....	59
Capítulo 15 – Das Provas em Espécie.....		61
15.1.	Da Ata Notarial.....	61
15.2.	Depoimento Pessoal da Parte.....	61

15.3. Confissão	62
15.4. Exibição de Documento ou Coisa	62
15.5. Prova Documental	64
15.5.1. Da Arguição de Falsidade	65
15.6. Prova Testemunhal.....	65
15.6.1. Noções Introdutórias.....	65
15.6.2. Da Produção da Prova Testemunhal	66
15.7. Prova Pericial.....	66
15.8. Inspeção Judicial.....	69
Capítulo 16 – Audiência de Instrução e Julgamento	71
16.1. Introdução	71
16.2. Características.....	71
16.3. Casos de Antecipação e de Adiamento	72
16.4. Início da Audiência. Tentativa de Conciliação	73
16.5. Produção das Provas	73
16.5.1. Depoimento dos Peritos e dos Assistentes Técnicos.....	74
16.5.2. Depoimento Pessoal das Partes.....	74
16.5.3. Depoimento das Testemunhas.....	74
Capítulo 17 – Sentença	77
17.1. Noções Gerais.....	77
17.2. Elementos	78
17.3. Fatos Supervenientes	79
17.4. Efeitos	79
17.5. Remessa Necessária.....	80
Capítulo 18 – Recursos	81
18.1. Finalidades. Classificação. Recurso Adesivo	81
18.2. Requisitos para o Juízo de Admissibilidade e de Mérito	82
18.2.1. Introdução	82
18.2.2. Juízo de Admissibilidade. Controle	83
18.2.3. Classificação	83
18.2.4. Requisitos.....	84
18.2.5. Juízo de Mérito. Efeitos e Competência	87
18.3. Efeitos da Interposição do Recurso	88
18.3.1. Obstar o Trânsito em Julgado	88
18.3.2. Suspensivo	89
18.3.3. Devolutivo.....	89
18.3.4. Subjetivo	90
18.4. Desistência do Recurso.....	91
18.5. Procedimento dos Recursos nos Tribunais	92
18.5.1. Panorama Geral. Julgamento	92

18.5.1.1.	Julgamentos por Videoconferência e Virtual nos Tribunais de Segundo Grau	94
18.5.2.	Continuação de Julgamento Não Unânime.....	94
18.5.3.	Do Relator. Prevenção. Poderes e Deveres.....	95
18.6.	Recursos em Espécie. Generalidades	96
18.7.	Apelação	97
18.7.1.	Cabimento.....	97
18.7.2.	Interposição. Procedimento.....	98
18.7.3.	Efeitos	99
18.7.4.	Admissibilidade. Julgamento.....	100
18.8.	Agravo de Instrumento	101
18.8.1.	Cabimento.....	101
18.8.2.	Interposição. Procedimento.....	105
18.8.3.	Efeitos	106
18.8.4.	Admissibilidade e Julgamento	106
18.9.	Agravo Interno.....	107
18.9.1.	Cabimento. Efeitos.....	107
18.9.2.	Interposição. Procedimento. Admissibilidade. Julgamento	108
18.10.	Embargos de Declaração	109
18.10.1.	Cabimento	109
18.10.2.	Interposição. Procedimento.....	109
18.10.3.	Efeitos	110
18.10.4.	Admissibilidade e Julgamento	110
18.11.	Recurso Ordinário.....	111
18.11.1.	Cabimento.....	111
18.11.2.	Interposição. Procedimento.....	112
18.11.3.	Efeitos. Admissibilidade. Julgamento. Fungibilidade.....	113
18.12.	Recursos Extraordinário e Especial	114
18.12.1.	Cabimento	114
18.12.2.	Interposição.....	115
18.12.3.	Procedimento Comum dos Recursos Extraordinário e Especial no Tribunal Recorrido. Juízo de Admissibilidade.....	115
18.12.4.	Efeitos	117
18.12.5.	Procedimento no Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral. Julgamento	118
18.12.5.1.	Julgamento por Videoconferência no Supremo Tribunal Federal.....	120
18.12.5.2.	Julgamento Virtual no Supremo Tribunal Federal.....	121
18.12.6.	Procedimento e Julgamento no Superior Tribunal de Justiça	122
18.12.6.1.	Julgamento por Videoconferência no Superior Tribunal de Justiça.....	123
18.12.6.2.	Julgamento Virtual no Superior Tribunal de Justiça... ..	123

18.12.7. Interposição Conjunta de Recurso Extraordinário e Recurso Especial	124
18.12.8. Fungibilidade entre os Recursos Extraordinário e Especial	124
18.13. Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos.....	125
18.13.1. Cabimento. Seleção dos Recursos Pilotos	125
18.13.2. Suspensão dos Processos em Curso. Pedido de Distinção.....	125
18.13.3. Afetação: Procedimento e Julgamento.....	126
18.13.4. Vinculação dos Efeitos da Decisão. Reclamação	128
18.14. Alteração da Tese Jurídica. Modulação de Efeitos	129
18.14.1. Cabimento, Legitimidade e Procedimento.....	129
18.14.2. Modulação de Efeitos	130
18.15. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	131
18.15.1. Cabimento	131
18.15.2. Procedimento. Julgamento	132
18.15.3. Aplicação do Regime de Repercussão Geral e de Recursos Repetitivos	133
18.16. Embargos de Divergência.....	133
18.16.1. Cabimento. Efeitos.....	133
18.16.2. Interposição. Procedimento.....	134
Capítulo 19 – Dos Incidentes de Competência Originária dos Tribunais	135
19.1. Do Incidente de Assunção de Competência.....	135
19.1.1. Cabimento. Procedimento e Julgamento.....	135
19.2. Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade	136
19.2.1. Noções Gerais. Cabimento. Competência	136
19.2.2. Procedimento no Pleno ou no Órgão Especial.....	137
19.3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	138
19.3.1. Noções Gerais. Cabimento.....	138
19.3.2. Instauração. Competência	139
19.3.3. Procedimento. Suspensão. Distinção. Julgamento.....	140
19.3.4. Vinculação dos Efeitos da Decisão. Reclamação. Revisão da Tese	141
19.3.5. Recurso	141
Capítulo 20 – Liquidação de Sentença.....	143
20.1. Generalidades. Cabimento.....	143
20.2. Tipos. Procedimento	144
Capítulo 21 – Cumprimento de Sentença.....	147
21.1. Disposições Gerais. Legitimidade. Competência	147
Capítulo 22 – Cumprimento Provisório da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia	151
22.1. Cabimento. Procedimento	151

Capítulo 23 – Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa	153
23.1. Regulamentação.....	153
23.2. Procedimento	153
23.3. Comparecimento Espontâneo do Executado a Juízo para Cumprir a Sentença.....	156
Capítulo 24 – Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos ..	157
24.1. Procedimento	157
Capítulo 25 – Cumprimento de Sentença de Pagar Quantia Certa em face da Fazenda Pública	159
25.1. Procedimento	159
Capítulo 26 – Cumprimento de Sentença de Obrigação de Fazer e de Não Fazer	161
26.1. Procedimento	161
Capítulo 27 – Obrigações de Emitir Declaração de Vontade	163
Capítulo 28 – Cumprimento de Sentença de Obrigação de Entregar Coisa Certa	165
28.1. Procedimento	165
Capítulo 29 – Execução de Obrigação Alternativa	167
Parte II – Processo de Execução	169
Capítulo 30 – Introdução. Regulamentação	171
Capítulo 31 – Disposições Gerais	173
31.1. Poderes do Juiz. Atos atentatórios à Dignidade da Justiça	173
31.2. Cumulação de Execuções. Desistência.....	174
31.3. Partes	174
31.4. Competência	175
Capítulo 32 – Títulos Executivos	177
32.1. Generalidades	177
32.2. Títulos Executivos Extrajudiciais.....	178
Capítulo 33 – Responsabilidade Patrimonial	181
33.1. Dos Bens Sujeitos à Execução.....	181
33.2. Desconsideração da Personalidade Jurídica	184
33.2.1. Generalidades.....	184
33.2.2. Procedimento	185
Capítulo 34 – Das Diversas Espécies de Execução. Disposições Gerais	187
34.1. Petição Inicial da Execução por Título Extrajudicial. Disposições Gerais ...	187
34.2. Procedimentos. Defesa. Recursos.....	188

Capítulo 35 – Execução para Entrega de Coisa Certa	191
Capítulo 36 – Execução para Entrega de Coisa Incerta	195
Capítulo 37 – Da Execução das Obrigações de Fazer	197
Capítulo 38 – Da Execução das Obrigações de Não Fazer	199
Capítulo 39 – Execução por Quantia Certa. Devedor Solvente	201
39.1. Introdução	201
39.2. Petição Inicial	202
39.3. Averbação da Execução em Registros Públicos	202
39.4. Possíveis Atitudes do Executado, Após a Citação	203
39.5. Penhora. Conceito. Objeto. Limites.....	203
39.6. Bens Impenhoráveis. Espécies.....	204
39.6.1. Bens Absolutamente Impenhoráveis.....	204
39.6.2. Bens Relativamente Impenhoráveis.....	205
39.7. Ordem de Preferência para a Penhora	205
39.8. Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira	206
39.9. Da Penhora de Créditos e de Outros Direitos.....	207
39.10. Penhora das Quotas ou Ações de Sociedades Personificadas.....	208
39.11. Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes ...	208
39.12. Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa	209
39.13. Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel.....	209
39.14. Do Procedimento da Penhora: Realização, Documentação, Apreensão, Depósito, Intimação e Averbação	210
39.15. Das Modificações da Penhora: Substituição, Desistência, Redução, Ampliação, Segunda Penhora. Procedimento.....	212
39.16. Avaliação	213
39.17. Expropriação de Bens	215
39.17.1. Generalidades.....	215
39.17.2. Da Adjudicação.....	216
39.17.3. Da Alienação por Iniciativa Particular	218
39.17.4. Da Alienação Judicial	221
39.17.5. Efeitos da Alienação	225
39.17.6. Remição	226
39.17.7. Satisfação do Crédito. Pagamento ao Credor	226
39.17.8. Concurso de Credores	227
Capítulo 40 – Execução Contra a Fazenda Pública	229
Capítulo 41 – Execução de Alimentos	231
Capítulo 42 – Embargos à Execução	233
42.1. Generalidades	233
42.2. Prazo e Petição Inicial	234

42.2.1. Reconhecimento da Dívida. Direito ao Parcelamento	234
42.3. Competência	235
42.4. Impedimento ou Suspeição do Juiz	236
42.5. Fundamentos dos Embargos	236
42.6. Procedimento	237
42.6.1. Distribuição. Rejeição Liminar	237
42.6.2. Efeitos	238
42.6.3. Contestação. Julgamento. Recurso	239
Capítulo 43 – Suspensão e Extinção do Processo de Execução	241
43.1. Suspensão da Execução	241
43.2. Extinção da Execução	242
43.2.1. Extinção com o Julgamento do Mérito	242
43.2.2. Extinção sem o Julgamento do Mérito	242
Parte III – Tutela Provisória	245
Capítulo 44 – Tutela Provisória	247
44.1. Introdução	247
44.2. Características: Provisoriedade, Cognição Sumária, Acessoriedade, Fungibilidade e Adequação da Medida ao Caso Concreto	248
44.3. Espécies e Requisitos	248
44.4. Custas. Competência	249
44.5. Estabilização da Tutela	250
44.6. Revogação e Modificação da Tutela	251
44.7. Ressarcimento de Danos	252
44.8. Decisões. Recursos	253
44.9. Tutela de Urgência. Disposições Gerais. Irreversibilidade da Tutela	254
44.10. Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente ..	254
44.11. Procedimento de Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente	256
44.12. Tutela da Evidência	257
Capítulo 45 – Tutela Provisória em Face da Fazenda Pública	259
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	261